

“MEMÓRIAS ILUSTRADAS SOBRE O PENSAMENTO AMBIENTAL, 1789-1808”.¹

Críticas preservacionistas e perspectivas de um tratamento racional ao meio natural.

LEMOS, Daniel Mauro Souza
Email: dmhistoria@hotmail.com

A comarca de Ilhéus corresponde ao mesmo território da antiga capitania de Ilhéus. Esta capitania permaneceu no regime de *capitania privada* até 1761. E foi extirpada na administração de Marquês de Pombal sendo anexa a Capitania da Bahia, mas conservou a sua sede na vila de São Jorge, assim sendo, foi uma das últimas capitanias existentes na primeira divisão das terras portuguesas, no regime de capitanias hereditárias (DIAS, 2007, p. 49). Segundo Vilhena (1969, p. 40), a comarca de Ilhéus situa-se como indo “[da] ponta do Sul da baía chamada do Garcez, e vai continuando pela costa até a margem do Norte do rio Grande, ou de Belmonte”.

Em definições cartográficas atuais, segundo Pereira (2009, p.48), a comarca teria dimensões que iriam da região que atualmente está Jaguaripe (13° e 50’ de Latitude Sul) no recôncavo baiano cerca de 240 Km de Salvador, indo até onde podemos localizar a Barra do Belmonte no Rio Jequitinhonha (16° de Latitude Sul). Referente ao interior da Comarca se torna mais difícil a localização, já que foi configurada pela ocupação e desbravamento dos sertões, mas autores como Dias (2007a) servindo-se de indicação do Livro de Silva Campos, “*Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*”, nos indica que, o território se estenderia até aproximadamente ao arraial da Conquista, que hoje se configura a cidade de Vitória da Conquista (41° de Longitude Oeste).

A Comarca sempre apareceu no cenário do século XVIII como uma região secundária, que ficaria responsável pelo abastecimento do Recôncavo que, este baseava sua economia no plantio da cana de açúcar e no corte de madeira, que dava a sustentação econômica no período. Em razão disso, a capitania de Ilhéus caiu em um ostracismo historiográfico. (DIAS, 2007, p. 48) Ainda faltam estudos sobre, mas chegamos em indícios que nos apontam que a anexação da Comarca a capitania da Bahia indica uma medida de estratégia econômica, para que esta região ficasse responsável pelo abastecimento de alimentos, e madeiras-de-lei para os estaleiros e a construção civil de Salvador, como também do Reino.

Uma marca importante da região da comarca eram suas densas matas, que tanto a valorizavam pelos seus excelentes paus, como dificultavam a colonização. A madeira enriquecia

1 Daniel Mauro Souza Lemos é pós-graduando no curso de Especialização em História do Brasil na Universidade Estadual de Santa Cruz e faz parte do Grupo de Pesquisa em História Agrária e Ambiental do Brasil Escravista, orientado pelo professor doutor Marcelo Henrique Dias.

uma parte do território da Comarca, já que, na época, a madeira era base para a construção civil e naval. Como expressa Shawn Miller (2000) vemos o quanto era importante a madeira, nessa época a madeira foi o aço, petróleo, carvão e plástico e a ineficácia de sua extração atingiria todos os ramos da economia colonial. Ter madeira era uma questão de segurança nacional. Assim, na segunda metade do século XVIII, junto com os ideais iluministas, veio surgir o pensamento de que o meio natural era um bem estatal.

Continuando, afim de perceber a importância do bem natural para um país que se constituiu tendo como base o sistema colonial, entendemos que uma das principais motivações é de conquistar espaços. A importância do estudo do meio natural é um ponto crucial do fracasso ou a prosperidade de um sistema extrativista colonial. Como bem expõe Moraes:

A determinação colonial se inscreve nos padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e de usos dos recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares.[...]Porém – daí talvez a singularidade aludida- extrapola-o, influenciando também nos modos de pensar e de agir, na sociabilidade reinante, incrustando-se no universo da cultura e da política. (MORAES, 2003, p.79)

E neste sentido, do trecho citado acima, que percebemos como o estado português através de políticas administrativas mediou a relação social com o meio natural. Sendo assim, há uma adoção estrutural para fomento de estratégias que são manifestas na história com ações que acabam modelando a produção de espaços. Dessa forma podemos citar, como exemplo, um dos primeiros regimentos conservacionistas que foi o “Regimento do Pau-Brasil” de 1605, que tinha como objetivo separar para uso da Coroa todas as árvores das capitânicas. E daí por diante podemos citar vários documentos que tentam a todo custo reservar a mata das capitânicas para uso da Coroa dentre elas temos a 15 de Outubro de 1751, impunha a proibição do corte de madeiras, que servissem para a construção naval ou civil e também dava alguns conselhos para os fazendeiros afim de melhor conservar o meio natural.(PÁDUA, 2002)

A região da comarca de Ilhéus está dentro de um dos mais ricos biomas da Terra, com uma diversidade de fauna e flora inquestionável. A Mata Atlântica brasileira em sua cobertura original se estendia pelo território brasileiro compreendendo quase todo litoral do país, na configuração geográfica atual ela estaria presente em 17 Estados, dos 26 que compõem nosso País. Hoje a cobertura de Mata Atlântica no Brasil corresponde apenas 7,3% da extensão original.² Como dito anteriormente essa tamanha riqueza foi e ainda está sendo sofrendo depleções e isso nos faz pensar uma frase do livro de Pádua, “Um sopro de destruição”, estamos pagando o preço do progresso ou do atraso? Essa é uma das questões chaves para nós pensarmos os nossos objetivos. Já que toda a

² Para um maior aprofundamento nas questões da configuração histórica e a importância desse bioma consultar: DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996. RICKLEFS, R.E. *A Economia da Natureza*, 5ª. ed. Editora Guanabara Koogan. 2003.

inovação técnica que iremos discutir a frente parte desta máxima.

Como já apresentamos o espaço da nossa pesquisa, agora partiremos para uma análise dos personagens já que estes foram os construtores da documentação analisadas, e a partir desse momento será mais claro compreender a lógica da produção dessas fontes (memórias), bem como os nossos marcos cronológicos.

Portugal procurando se inserir na realidade europeia dos século XVII e vendo o desenvolvimento da França e da Inglaterra, que eram potências europeias da época e tinham a doutrina iluminista como base, traz o pensamento racional administrativo para a Universidade, que contou com o apoio do Estado, Domenico Vandelli, representante do iluminismo italiano, foi convidado para promover uma reforma na Universidade a convite do Marquês de Pombal e formou duas gerações de homens em sua Instituição (Universidade de Coimbra), sendo alguns desses homens oriundos de terras brasileira. A escolha de Vandelli não foi ao acaso, já que esse reforma tinha como base resquícios de um pensamento iluminista. Sendo assim, Portugal procurou trazer para sua faculdade esse italiano, que tinha um discurso mais ameno e não se distanciava do caráter católico português. (KURY, 2004)

Analisando o discurso dos brasileiros, que se formaram na Universidade de Coimbra reformada, vemos que eles buscavam uma utilização racional dos bens da Colônia e não admitiam nenhuma forma de exploração irregular das terras. Também não existia a idéia da colônia se desvincular de seus laços políticos e econômicos da Metrópole, pois estes pensadores colocavam as suas idéias em apoio ao poder e dominação das políticas estatais, não fazendo menção à independência de sua terra natal.

O interesse de Portugal com essa reforma seria a formação de funcionários reais que estivessem mais preparados a assumir cargos públicos, tentando se afastar das velhas práticas administrativas medievais. Portugal se preocupava com o modo pelo qual sua colônia estava sendo administrada, pois recursos minerais e reservas de madeira estavam se esgotando rapidamente e o governo não tinha controle total sobre estas extrações.

O antigo estado absolutista foi tido como impróprio e altamente retrógrado às novas formas de governar, tendo um caráter de atraso, ligado a obscuridade do período medieval. Agora, os despostas queriam a modernização do seu estado, trazendo novas tecnologias, novos jeitos de governar e, além de tudo, novos funcionários para uma melhor administração, já que os antigos funcionários estavam tão relacionados ao antigo absolutismo e tinham seus cargos ligados muito mais à sua proximidade com a corte do que com seus reais dotes. Precisava-se de funcionários eficientes, bem formados e além de tudo devotos ainda ao seu governo. (FALCON, 1982. p.34-42)

Então, percebemos que a Universidade de Coimbra acabou sendo um centro irradiador dessas idéias e que influenciaram tanto os alunos como outros ramos da administração, como é o

caso de Domingos Alvez Branco Muniz Barreto, um dos nossos memorialistas analisados. Domingos tinha formação militar, e até onde nossa pesquisa encontra não teve formação em Coimbra, embora como iremos retratar a frente, foi irradiado por essa vertente de pensamento. Já que iniciamos falando de um dos personagens da nossa pesquisa, achamos importante apresentá-los aos leitores. Pensamos em começar pela ordem de formação em Coimbra e ir até o que não se formou na instituição. Então iniciaremos como Baltasar da Silva Lisboa, depois, Manoel Ferreira da Camara e por fim Domingo Alvez Branco Muniz Barreto.

Baltasar da Silva Lisboa é, sem dúvida, um dos personagens mais instigantes para se estudar a história da conservação das matas da comarca de Ilhéus. Seu temperamento altivo fez com que discussões em torno de seu personagem fossem praxe por onde ele passasse. Sempre exercendo cargos públicos, tornou-se um exemplo de funcionário eficiente, o que acabou lhe trazendo benesses, mas também vários inimigos.

Baltasar da Silva Lisboa nasceu em 6 de janeiro de 1761, na Bahia, onde ficou até os 14 anos, quando terminou os seus estudos primários. Em 1775, tendo seus estudos financiados pelo bispo Francisco de Lemos Pereira Coutinho, parte para Portugal a fim de estudar na Universidade de Coimbra. Passados treze anos, em 1783, Baltasar da Silva Lisboa já estava graduado doutor em direito civil e canônico.³ Retorna ao Brasil com uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro onde tem um desafeto com o conde de Resende, que lhe obriga a voltar para o Reino. No novo retorno ao Brasil assume cargo na antiga comarca de Ilhéus, agora no cargo de ouvidor da comarca de Ilhéus, e algum tempo depois foi elevado a juiz conservador das matas na Comarca de Ilhéus. Neste cargo que Silva Lisboa vai produzir as memórias que serão alvo neste estudo. No papel de juiz conservador, aprofunda-se nos estudos do corte da madeira, na manutenção das matas e suas populações nativas. (LIMA, 2006. p. 28.)

A visão que predomina no escritos de Baltasar da Silva Lisboa, deixa impressões do empenho utilitarista que orientou seu discurso. A sua impressão da natureza não era algo muito animador para os ambientalistas de hoje. A natureza na verdade era um empecilho ao desenvolvimento, mas esta deveria ser vencida pela civilização. Não era possível vencer esta natureza se não fosse com o uso dos conhecimentos racionais, ou seja, das luzes: *O ponto de partida de Baltasar Lisboa, numa atitude típica do seu grupo intelectual, estava na confiança quase*

3 BLAKE, Augustos Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.p. 376 - 378.

Maria José e Arno Wehling mostram (2002; pg. 147), explicam a importância do direito canônico *Na paróquia era realizado o reconhecimento civil do individuo, pois nela era batizado, nela casava-se e nela morria,[...]. Além disso, as questões referentes ao direito da família eram resolvidos não pelos tribunais civis, mas pelos tribunais ou relação eclesiástica. Estes, com seus congêneres leigos, possuíam desembargadores, clérigos especialistas em direito canônico[...].*

messiânica no poder transformador da racionalidade científica.. (PÁDUA,2004.p 64)

Passamos agora Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt Aguiar e Sá era um homem que dedicou parte da sua vida à política, tanto que participou influentemente no processo de independência. Nasceu em Minas Gerais, provavelmente na cidade de Santo Antônio de Itacambira, por volta do ano de 1764. Ainda muito moço, foi para Portugal, para poder estudar na Universidade de Coimbra. (VARELA, s/d, p. 301)

Seguindo o pensamento da época, e buscando um curso que fosse bem aproveitado no Brasil, escolheu o curso de Leis, e logo após também se matriculou em Filosofia Natural. O curso de Leis é uma subdivisão do curso de direito e mesmo com a reforma da Universidade de Coimbra ele se manteve. O curso de Filosofia Natural foi criado no governo de Pombal, junto com a reforma da Universidade.

Manoel Ferreira da Câmara se destacou em Coimbra. Três anos após sua entrada na Universidade, já se formou bacharel em Leis e Filosofia, no ano de 1787. A ilustração trazida por Pombal e Vandelli fomentou idéias dentro do reino e isso fez com que Ferreira da Câmara pudesse ter acesso a leituras privilegiadas sobre o iluminismo e as propostas que ela trazia consigo.(VARELA s/d, p.301)

Após o término dos seus estudos dentro da Universidade, Manoel Ferreira da Câmara foi eleito membro da Academia Real das Ciências de Lisboa; sua entrada dentro deste seletivo grupo, em 1789, foi fundamental para sua formação como naturalista. A Academia de Ciências foi um centro de discussões modernizantes, principalmente no Governo de D. Maria. Manoel F. da Câmara ganhou uma bolsa e partiu em uma “viagem filosófica” pela Europa, tendo como companheiros personagens como José Bonifácio de Andrada e Silva, e Joaquim Fragoso.(VARELA, p. 302)

Ainda não está claro para nós quais seriam os objetivos de Ferreira da Câmara de se mudar para a região de Cairú; José Augusto Pádua (2002, p.58) afirma que, o que levou Câmara a esta região foram negócios pessoais no ano de 1800, e lá ele funda um engenho que se transformou em um exemplo, chegando a ser chamado de *engenho filosófico*. Já na Bahia, ele recebe a incumbência do ministro Coutinho, para ajudar no desenvolvimento da Comarca. Entre outras funções, ele ficava responsável por procurar minas, melhorar os caminhos que ligavam as vilas, fazer aclimação de novas espécies e animar as populações à adoção de novas tecnologias.

Um personagem que representa bem o perfil do funcionário colonial é Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que exerceu a função militar dentro da Comarca de Ilhéus. Existe uma dificuldade muito grande para se escrever sobre a vida deste militar, pela escassez de fontes aqui no Brasil. As informações sobre este personagem são muito fragmentadas, a única solução achada foi compará-lo com outros personagens da mesma época.

Domingos A. B. Muniz Barreto nasceu na Bahia, mas em data imprecisa. Atuou em duas regiões, a da comarca de Ilhéus e a da capitania de São Pedro do Rio Grande. Nestes dois territórios produziu documentos, que permitem qualificá-lo como naturalista, mesmo não tendo informação de sua formação acadêmica. Dentro de sua função de militar, o capitão Domingos Muniz Barreto cumpriu algumas ordens de aldear índios. Nestas andanças pela Comarca, ele produziu alguns documentos que retratam desde a economia até o modo de vida destes indígenas. Produziu também aquarelas riquíssimas em detalhes, mostrando um olhar sensível e atento a botânica e as paisagens naturais.

Apresentados os memorialistas, passamos ao próximo item que é o conteúdo das memórias. E explicamos previamente que a delimitação temporal partiu das fontes. A primeira produzida foi de Manoel Ferreira da Câmara, Ensaio de Descrição Física, e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América. Sua publicação está datada em 13 de maio de 1789, quando foi premiada pela Academia Real de Lisboa. Isso demonstra aproximação do autor com a Academia e também como esta apreciava o trabalho que tinha caráter de descrição e análise das colônias. Manoel F. da Câmara mostra todo um rigor teórico e metodológico, numa análise objetiva da comarca de Ilhéus.

A primeira parte da obra é a descrição física e uma breve história da Comarca. Dentro das descrições físicas, que para os nossos estudos denotaria apenas uma análise dos recursos naturais. A segunda parte da memória, Manoel F. da Câmara retrata a agricultura e o comércio da Comarca, e também uma análise climática desta região, mostrando os benefícios para algumas culturas, como a uva. Em sub-temas, Ferreira da Câmara colocou a importância da adoção de algumas culturas como a do cacau, anil, noz moscada, cravo, piaçava e mamona. Manoel F. da Câmara chegou a fazer uma análise para a adoção do cacau ao invés da cana-de-açúcar. O autor retratou os desperdícios da pesca das baleias no litoral e, ao final de sua memória tratou da conservação e do corte das madeiras, e apontando o mau uso deste recurso pelos habitantes “sem luzes” da Comarca de Ilhéus.

A técnica agrícola foi um tema nos textos de Manoel Ferreira. Uma de suas preocupações era em relação à rotação das culturas. Para que o solo não ficasse cansado, deveria “diminuir-lhe a força com diferentes plantações apropriadas, que lhe faça perder a força de princípios nocivos”. Ferreira dá exemplos, como o de um “Senhor de Engenho, que cultivava o terreno aberto há 16 anos, e ainda não tinha boas canas, e sempre são com muito suco, e pouco doce”.⁴

A segunda memória analisada é de autoria de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que tem o título “Memória Sobre os Cortes de Madeiras de Construção Estabelecidas na Comarca de S. Jorge dos Ilhéus”. Essa memória tem uma peculiaridade: ela não está assinada, o que levou a alguns historiadores a identificarem como sendo de Baltasar da Silva Lisboa. Porém, segundo estudos do

4 FERREIRA, Manuel da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá. Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de Ilhéus, na América - Lisboa, 1789.(memória da academia real I. pp 304-350).

professor Marcelo Henrique Dias, pode-se afirmar, hoje, que esta memória realmente pertence a Domingo A. B. Muniz Barreto. Outra dificuldade foi o fato da memória não estar datada. O texto revela, porém, que foi escrita na época em que Muniz Barreto servia no Forte do Morro de São Paulo, ou seja, no ano de 1800. É um documento extenso, com cerca de vinte e cinco páginas, e sua leitura é agradável e de fácil entendimento.

Muniz Barreto trata dos estaleiros e suas potencialidades para a construção de “vasos de guerra”, ou seja, navios de guerra, porém faltava na Comarca uma boa administração nos cortes de madeira. Em seguida fez um relato minucioso sobre os administradores do corte da madeira, ao longo do século XVIII.

Na última parte da sua memória, o autor aponta algumas “Providências para melhorar os Reais Cortes de Madeiras da Conservação das Matas”. Ele retratou o modelo de corte usado na época, e qual seria a solução ideal para um melhoramento das técnicas, sempre lembrando que este melhoramento se relaciona com o racionalismo e o utilitarismo iluminista.

A terceira memória de Baltasar da Silva Lisboa, datada em 1808, denomina-se “A Memória sobre as Matas da Comarca de Ilhéus” é um documento com 32 páginas, de português arcaico. Logo no seu início, mostram-se os seus reais objetivos. O juiz conservador Silva Lisboa enviou para o reino esta memória, que mostrava seu interesse em um maior controle sobre os cortes de madeira.

O juiz Silva Lisboa relatou, num primeiro momento da memória, o estabelecimento de “uma nova Conservatória” na região da Comarca, sediada em Cairú. E seria necessária pelas “precisões do Arsenal Real da Marinha”.⁵ Ter madeira de lei significava poder naval. A fabricação de navios dependia exclusivamente da madeira e os navios de guerra ou mercantes não eram construídos de um só tipo de madeira.

Assim que, analisamos estas memórias percebemos pontos similares em todas que é a proteção racional ao meio natural, mesmo que o objetivo seja com um “bem do Estado”, mas isso nos faz refletir com que hoje chamamos de “Desenvolvimento Sustentável”, claro que, resguardando os períodos e os contextos sociais. São contextos sociais muito diferentes, mas, temas como proteção, conservação e desenvolvimento estão também presentes nos relatos dos memorialistas do setecentos.

Lima (2008, p.85) serve de Sarkar, para explicar que, o ato de pensar o valor da natureza dentro da sociedade humana perpassa por valores, incriticamente, econômicos. Assim sendo

O valor que atribuímos à biodiversidade tem sido conduzido por uma lógica capitalista utilitarista. Sarkar (2005) sugere uma antropologia defensora da conservação da biodiversidade em contraposição à forma como tem sido tratada nos diversos departamentos públicos, destituída de valor humano: “*The result is an anthropocentric defense of biodiversity conservation, but this anthropocentrism is tempered by an appreciation of the fact that biodiversity does not have the sort of human value that is routinely traded in the marketplace*” (Sarkar, 2005: 75). Assumindo uma posição existencialista afirma que “a biodiversidade é similar a liberdade humana” e expõe que o valor dado

5 LISBOA. Baltasar Silva. **Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus**. 1808 p. 3.

aos recursos naturais nos espaços públicos não é como importância intrínseca ao homem, ao contrário, direciona-se o valor da biodiversidade a partir de uma lógica de mercado

Quando analisamos a obra “Economia da Natureza” temos a mesma impressão ao autor afirmar que, a preservação de algumas espécies perpassa maiormente por quanto elas conseguem nos emocionar, ou seja, só preservamos pela lógica antropocêntrica utilitarista, o valor dado a natureza não é intrínseco, o autor reafirma dizendo que qualquer estratégia que visa um desenvolvimento sustentável que o foco não seja o próprio homem está fadada ao fracasso. (RICKLEFS, 2003, p. 458)

Os referidos ilustrados acreditavam no poder da ciência e seu poder racional, para eles o preço que estava se pagando, com a depleção da natureza, não era pelo progresso, e sim pelo atraso científico que viviam. Assim, a ciência deveria ser uma ferramenta constante dentro da administração como algo com respostas para os problemas conjunturais.

Concluindo, vemos que, a partir dessa análise aqui proposta, a reforma da Universidade de Coimbra foi um dos principais eventos que contribuíram para as primeiras análises científicas sobre o meio natural aqui no Brasil.

Dessa forma, o olhar dos intelectuais ilustrados sobre a riqueza natural que estava disposta aqui nesse enorme País é responsável pelo fortalecimento do valor da natureza, e no nosso entender, esse meio ambiente só vai ser respeitado e atingir índices acima da sobreexploração, quando o meio natural tiver valores intrínsecos defendidos, quando nossa população perceber o valor que este tem para a manutenção da própria vida humana. Essas “memórias” de produção intelectual e estatal, têm sido cada vez mais pesquisadas e debatidas na historiografia e quiçá essas pesquisas ajudem a mudar a imagem sobre o nosso maior patrimônio, o meio ambiente.

FONTES PRIMÁRIAS

FERREIRA. Manuel da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá. **Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de Ilhéus, na América** - Lisboa, 1789.(memória da academia real I. pp 304-350).

Memoria Sobre os Cortes de Madeiras de Cosntrução Estabeleciadas na Commarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente a Capitania da Bahia. Domingos Alves B. Muniz Barreto, aproximadamente 1800. Cópia extraída do códice manuscrito n. 688 existente na Real Biblioteca do Porto..(IHGB)

Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeira etc, regulamento dos cortes e estado atual...Balthazar da Silva Lisboa. 1808 aprox. 2 doc originais, 43 f. Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMPOS, José da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1981.

DIAS & CARRARA. **Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período Colonial**. Tese Doutorado em História Social . UFF, Niterói, 2007a. Inédito

FALCON. F. J. C. **A época pombalina**. São Paulo, Ática, 1982.

KURI. Lorelai. **Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)**. História, ciência e saúde Manguinhos. vol.11. Rio de Janeiro. 2004.

MILLER, Shawn William. **Fruitless Trees – Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber**. Stanford, California: Stanford University Press, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação Territorial e Política Ambientais. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

LIMA, Ana Paula dos Santos, **O Discurso Iluminista de Balthazar da Silva Lisboa**. Monografia de Graduação em História 2006. p. 28. Inédito.

LIMA, Ana Paula dos Santos, **Prática Científica no Brasil - Colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808)**, Tese de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. 2008. Não publicado.

PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2002.

PERREIRA, Rodrigo Osório. **A Ciência na Colonial Comarca de Ilhéus: uma análise dos estudos botânicos dos funcionários naturalistas da região (1772-1808)** Feira de Santana Programa de Pós-Graduação em História – UEFS. 2009. Inédito.

RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza**, 5ª. ed. Editora Guanabara Koogan. 2003.

SARKAR, Sahotra. **Biodiversity and Environmental Philosophy: An Introduction**. New York: Cambridge University Press, 2005.

VARELA. **A Atuação do naturalista Manoel Ferreira da Câmara na ilustração portuguesa: O cargo de consultor do governo português para os assuntos de minas e metalurgia**. I Simpósio de pesquisa em ensino e História de Ciências da Terra. UNICAMP p.301 (S/D)

VILHENA, L. dos S. **A Bahia do século XVIII**. Salvador, Ed. Itapuã, vol 2. 1969.